



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo I - 3º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900

Telefone: 2022-7232 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.018694/2019-55

OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Pagamento de inscrição dos servidores **CLÁUDIO HENRIQUE BECHARA**, Matrícula Siape nº [REDACTED]; **ELIÉZIO MENDES SILVA**, Matrícula Siape nº [REDACTED] e **LUCIANA REIS DE CARVALHO**, Matrícula Siape nº [REDACTED], todos em exercício na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, incluindo o custeio de diárias e passagens para participação no **45º CONGRESSO NACIONAL SOBRE GESTÃO DE PESSOAS - CONARH**, no período de 13 a 15 de agosto de 2019, em São Paulo/SP, com carga horária de 24 (vinte e quatro) horas.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Ao investir na capacitação de seus servidores o Ministério da Educação busca a valorização dos servidores, adequando às necessidades da Administração à legislação, conforme consta no artigo 1º, incisos I a V, do Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006.

Considera-se que o servidor, por ser um agente de transformação do Estado e a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar na diversidade devido ao seu compromisso com a ética e os princípios constitucionais, fazendo-o a partir de um sistema de atualização permanente de forma que possa buscar o bem comum. Através do Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, tem-se que a administração pública deverá:

I - incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais;

II - assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho;

(...)

V - estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional;

(...)

IX - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública". (Decreto 5.707 de 23 de fevereiro de 2006, art. 3º)

A participação dos servidores na 45ª Edição do CONARH faz-se pela necessidade de constante atualização, aperfeiçoamento e ampliação de conhecimentos na área de Gestão de Pessoas.

PÚBLICO ALVO

De acordo com a página na internet do evento, o CONARH reúne mais de 19 mil profissionais de RH e Gestão de Pessoas circulando pelo evento em três dias de network intenso – diretores (20%), gerentes

(30%), coordenadores (16%) analistas (19%) e presidentes de empresas dos mais variados segmentos de mercado. A programação reúne conferencistas de renome em mais de 40 atividades sobre os temas de vanguarda na Gestão de Pessoas.

LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CARGA HORÁRIA

- Título: 45º CONGRESSO NACIONAL SOBRE GESTÃO DE PESSOAS - CONARH
- Modalidade: Ação externa de capacitação.
- Fornecedor: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HUMANOS - ABRH BRASIL
- Local de realização: Rodovia do Imigrantes, km 1,5 - Vila Água Funda – São Paulo - SP
- Vagas: 03 (três) inscrições
- Carga-horária: 24 horas
- Período de realização: 13 a 15 de agosto de 2019.
- Valor Total das Inscrições: **R\$ 14.619,00 (quatorze mil seiscentos e dezenove reais).**

Os procedimentos para custeio de diárias e emissão de passagens aéreas dos servidores serão de responsabilidade de sua unidade de lotação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A base legal da contratação direta para a participação de servidores em curso é o inciso II e o § 1º do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93, que prevê a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos.

A referida norma dispõe:

“Art. 25”. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

Corroborando também com a lei, a Decisão nº 439/98 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

“11. Outras entidades, como a Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF, tentam utilizar a modalidade técnica e preço, cabível ‘para serviços de natureza predominantemente intelectual’ (art. 46 da Lei das Licitações). Logo descobrem, porém, que a definição dos critérios para avaliação das propostas técnicas é extremamente complexa. Além disso, para que a seleção cumpra o objetivo de escolher a melhor proposta, o julgamento desses critérios precisa ser confiado a uma banca de examinadores, composta por experts na matéria específica e em didática, aos quais os licitantes precisam ministrar uma aula e uma síntese do material didático a ser elaborado. 12. Esse tipo de licitação foi abandonado pela ESAF, pois logo constatou-se ser antieconômico e extremamente moroso, já que a diversidade dos cursos oferecidos demandava uma grande quantidade de bancas examinadoras específicas, para as quais era necessário contratar profissionais mediante processo licitatório. Por essa sistemática, portanto, não se atendia ao interesse público”.

"14. Nesse ponto, valemo-nos das palavras do Exmo. Ministro Carlos Átila no voto que fundamentou a proposta de decisão ora em exame: 'Excetuados os casos de cursos virtualmente padronizados, que utilizam métodos de ensino de domínio público - como o são, por exemplo, os cursos de línguas, ou os cursos de utilização de sistemas de microcomputadores - parece-me inviável pretender que se possa colocar em competição o talento e a capacidade didática de mestres em matérias de nível superior, sobretudo quando se trata de ministrar conhecimentos especializados, para complementar e aprofundar a formação de profissionais de nível universitário. São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva 'viabilidade de licitação' para formalizar tais contratos.'"

"19. Há quem defenda que a inexigibilidade de licitação seja aplicável a toda contratação de treinamento de servidores, sem qualquer restrição. É o caso do notável Antônio Carlos Cintra do Amaral, que assevera: 'A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição.' ('in" Ato Administrativo, Licitações e Contratos Administrativos, Malheiros, 1ª ed., 1995, pág. 111)."

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

Para garantir o cumprimento dos serviços acima referidos o MEC obrigar-se-á:

- Efetuar a inscrição dos servidores interessados;
- Exercer a fiscalização e acompanhamento do serviço;
- Notificar a empresa caso seja constatado que a condução dos trabalhos esteja em desacordo com o interesse da interessada, propondo, neste caso, as devidas medidas corretivas;
- Liberar os servidores para frequência no evento no horário estabelecido;
- Solicitar ao servidor Relatório de Participação em Ações de Capacitação e cópia de certificado;
- Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- Visando a execução dos serviços, a empresa organizadora do evento obrigar-se-á:
- Ministrar o evento de acordo com o conteúdo programático proposto;
- Prover o material didático;
- Fornecer, a qualquer momento, todas as informações de interesse recíproco para a execução dos serviços que o MEC julgue necessárias conhecer ou analisar;
- Manter, durante a vigência do presente instrumento, as mesmas condições estabelecidas na proposta apresentada;
- Encaminhar nota fiscal a este Centro de Formação para atesto e posterior pagamento;
- Cumprir o cronograma de desenvolvimento dos serviços.

FORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O termo de contrato será substituído por Nota de Empenho nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93.

A fiscalização dos serviços ficará por conta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do MEC.

VALOR PRATICADO

O investimento com a participação dos (3) três servidores totalizará o valor de **R\$ 14.619,00 (quatorze mil, seiscentos e dezenove reais)**.

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, à conta do fornecedor para o Banco Itaú - 341, Agência nº 0186, Conta Corrente/DV nº 55018-2, sendo o depósito bancário realizado após atesto de nota fiscal, e em até 05 (cinco) dias após o término do evento.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O CONARH é realizado pela Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH Brasil. Entidade não governamental e sem fins lucrativos, a ABRH-Brasil nasceu da união de profissionais envolvidos com a causa de promover a área de Recursos Humanos como agente de transformação, que contribui na formação de organizações mais produtivas, melhores e mais conscientes do seu papel no contexto socioeconômico do país. Hoje, a ABRH reúne 22 seccionais desvinculadas juridicamente e independentes, integradas na missão de promover o desenvolvimento dos profissionais de RH e gestores de pessoas por meio de eventos, pesquisas e troca de experiências, e de colaborar com os poderes públicos e demais entidades nos assuntos referentes a sua área de atuação. Filiada à WFPMA – World Federation of People Management Associations e à FIDAGH – Federación Interamericana de Asociaciones de Gestión Humana, a ABRH-Brasil é cofundadora da CRHLP – Confederação dos Profissionais de Recursos Humanos dos Países de Língua Portuguesa.



Documento assinado eletronicamente por **Erika Bittencourt de Sousa Veras, Coordenador(a)**, em 05/07/2019, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Reis de Carvalho, Servidor(a)**, em 05/07/2019, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Henrique Bechara, Coordenador(a)**, em 05/07/2019, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Eliezio Mendes Silva, Chefe de Serviço**, em 05/07/2019, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luanna Araujo de Carvalho, Coordenador(a) Geral**, em 05/07/2019, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1622086** e o código CRC **45E4AE4E**.

Referência: Processo nº 23000.018694/2019-55

SEI nº 1622086